



www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 24/05/2019

## LEI Nº 3974, DE 30 DE JUNHO DE 1993.

# DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE LAGOA VERMELHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DR. ELI PEGORARO, Prefeito Municipal de Lagoa Vermelha, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei.

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Esta Lei institui o ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE LAGOA VERMELHA.

**Art. 2º** Para efeitos desta Lei, servidor público é a pessoal legalmente investida em cargo público.

**Art. 3º** Cargo público é o criado em lei, em número certo, com denominação própria, remuneração pelos cofres municipais, ao qual corresponde um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor público.

Parágrafo Único. Os cargos públicos serão de provimento efetivo ou em comissão.

**Art. 4º** A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissões, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º A investidura em cargo do magistério municipal será por concurso de provas e títulos.

§ 2º Somente poderão ser criados cargos de provimento em comissão para atender encargos de direção, chefia e assessoramento.

**Art. 5º** Função Gratificada é instituída por lei para atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento, sendo privativa de servidor detentor de cargo de provimento efetivo, observados os requisitos para o exercício.

**Art. 6º** É vedado cometer ao servidor atribuições diversas das de seu cargo, exceto encargos de direção, chefia ou assessoramento e comissões legais.

### TÍTULO II DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

## Capítulo I DO PROVIMENTO

### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 7º** São requisitos básicos para o ingresso no serviço público municipal:

I - ser brasileiro;

II - ter idade mínima de dezoito anos;

III - estar quito com as obrigações militares e eleitorais;

IV - gozar de boa saúde física e mental, comprovada mediante exame médico, reservado número de cargos proporcionais ao deficiente físico;

V - ter atendido às condições prescritas em lei para o cargo.

**Art. 8º** Os cargos públicos serão providos por:

I - nomeação;

II - recondução;

III - readaptação;

IV - reversão;

V - reintegração;

VI - aproveitamento;

VII - promoção.

### SEÇÃO II DO CONCURSO PÚBLICO

**Art. 9º** As normas gerais para realização de concurso serão estabelecidas em Edital.

Parágrafo Único. Além das normas gerais, os concursados serão regidos por instruções especiais, que deverão ser expedidas pelo órgão competente, com ampla publicidade.

**Art. 10** Os limites de idade para inscrição em concurso público serão fixados no Edital, de acordo com a natureza de cada cargo.

**Art. 11** O prazo de validade do concurso será de até dois (02) anos, prorrogáveis, uma vez, por igual prazo.

### SEÇÃO III DA NOMEAÇÃO

**Art. 12** A nomeação será feita:

I - em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei, assim deva ser provido;

II - em caráter efetivo, nos demais casos.

**Art. 13** A nomeação em caráter efetivo obedecerá, a ordem de classificação dos candidatos no concurso público.

#### SEÇÃO IV DA POSSE E DO EXERCÍCIO

**Art. 14** Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo compromissando.

§ 1º A posse dar-se-á no prazo de até trinta (30) dias contando da data de publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período.

§ 2º No ato da posse o servidor apresentará, obrigatoriamente, declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública, e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.

**Art. 15** Exercício é o desempenho das atribuições do cargo pelo servidor.

§ 1º É de quinze (15) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º Será tornado sem efeito o ato de nomeação, se não ocorrer a posse e o exercício, nos prazos legais.

§ 3º O exercício deve ser dado pelo chefe da repartição para o qual o servidor for designado.

**Art. 16** Nos casos de reintegração, reversão e aproveitamento o prazo de que trata o § 1º do artigo anterior será contado da data da publicação do ato.

**Art. 17** A promoção, a readaptação e a recondução, não interrompem o exercício.

**Art. 18** O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único. Ao entrar em exercício o servidor apresentará, ao órgão de pessoal, os elementos necessários ao assentamento individual.

**Art. 19** O servidor que, por prescrição legal, deva prestar caução como garantia, não poderá entrar em exercício sem prévia satisfação dessa exigência.

§ 1º A caução poderá ser feita por uma das modalidades seguintes:

I - depósito em moeda corrente;

II - garantia hipotecária;

III - título de dívida pública;

IV - seguro fidelidade funcional, emitido por instituição legalmente autorizada.

§ 2º No caso de seguro, as contribuições referentes ao prêmio serão descontadas do servidor segurado, em folha de pagamento.

§ 3º Não poderá ser autorizado o levantamento de caução antes de tomadas as contas do servidor.

§ 4º O responsável por alcance ou desvio de material não ficará isento da ação administrativa e criminal, ainda que o valor da caução seja superior ao montante do prejuízo causado.

## SEÇÃO V DA ESTABILIDADE

~~Art. 20~~ Adquire a estabilidade, após dois (02) anos de efetivo exercício, o servidor nomeado por concurso público.

~~Art. 20~~ Adquire a estabilidade o Servidor Público nomeado por concurso público, após cumprir estágio probatório de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes quesitos:

~~I~~ Assiduidade

~~II~~ Pontualidade

~~III~~ Disciplina

~~IV~~ Eficiência

~~V~~ Responsabilidade

~~VI~~ Relacionamento

~~§ 1º~~ Três meses antes de findo o estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou regulamento, sem prejuízo da continuidade de apuração dos quesitos numerados nos incisos I a VI deste artigo.

~~§ 2º~~ Verificado em qualquer fase do estágio, seu resultado totalmente insatisfatório por três avaliações consecutivas, será processada a exoneração do servidor, observado o disposto em regulamento.

~~§ 3º~~ Sempre que se concluir pela exoneração do estagiário, ser-lhe-á aberto vistas do processo, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa.

~~§ 4º~~ O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observando o disposto nos artigos 23, 244 e parágrafos 2. (Redação dada pela Lei nº 4265/1996)

**Art. 20** Adquire a estabilidade, após 03 (três) anos de efetivo exercício, o servidor nomeado por concurso público. (Redação dada pela Lei nº 5145/2002)

**Art. 21** O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

**Art. 22** Enquanto não adquirir a estabilidade, poderá o servidor ser exonerado no interesse do serviço público nos seguintes casos:

I - inassiduidade;

II - indisciplina;

III - insubordinação;

IV - ineficiência;

V - falta de dedicação ao serviço; e

VI - má conduta.

§ 1º Ocorrendo hipótese prevista neste artigo, o chefe imediato do servidor representará à autoridade competente, a qual deverá dar vista ao servidor, a fim de que o mesmo possa apresentar sua defesa, no prazo de cinco (05) dias.

§ 2º Decorrido o prazo de defesa, apresentada esta ou não, e atendidas as diligências eventualmente requeridas e determinadas, uma comissão previamente escolhida e competente, decidirá, no prazo de quinze (15) dias, em ato motivado pela exoneração do servidor, ou sua manutenção no cargo, continuando, neste caso, sob observação.

## SEÇÃO VI DA RECONDUÇÃO

**Art. 23** Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

§ 1º A recondução decorrerá de:

- a) falta de capacidade e eficiência no exercício de outro cargo de provimento efetivo; e
- b) reintegração do anterior ocupante.

§ 2º A hipótese de recondução de que trata a alínea "a" do parágrafo anterior, será apurada nos termos dos parágrafos do art. 22 e somente poderá ocorrer no prazo de dois (02) anos a contar do exercício em outro cargo.

§ 3º Inexistindo vaga, serão cometidas ao servidor as atribuições do cargo de origem, assegurados os direitos e vantagens decorrentes, até o regular provimento.

## SEÇÃO VII DA READAPTAÇÃO

**Art. 24** Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

§ 1º A readaptação será efetivada em cargo de igual padrão de vencimentos ou.

§ 2º Inexistindo vaga serão cometidas ao servidor as atribuições do cargo indicado, até o regular provimento.

## SEÇÃO VIII DA REVERSÃO

**Art. 25** Reversão é o retorno do servidor aposentado por invalidez à atividade no serviço público municipal, verificado, em processo, que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á a pedido ou de ofício, condicionada sempre à inexistência da vaga.

§ 2º Em nenhum caso poderá efetuar-se a reversão sem que, mediante inspeção médica, fique provada a capacidade para o exercício do cargo.

§ 3º Somente poderá ocorrer reversão para o cargo anteriormente ocupado ou, se transformado, no resultante da transformação.

**Art. 26** Será tornada sem efeito a reversão e cassada a aposentadoria do servidor que, dentro do prazo legal, não entrar no exercício do cargo para o qual haja sido revertido, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

## SEÇÃO IX DA REINTEGRAÇÃO

**Art. 27** Reintegração é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Parágrafo Único. Reintegrado o servidor e não existindo vaga, aquele que houver ocupado o cargo será reconduzido ao cargo de origem, sem direito de indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

## SEÇÃO X DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO

**Art. 28** Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada.

**Art. 29** O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento em outro cargo equivalente por sua natureza e retribuição àquele de que era titular.

Parágrafo Único. No aproveitamento terá preferência o que estiver há mais tempo em disponibilidade e, no caso de empate, o que contar mais tempo de serviço público municipal.

**Art. 30** O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade há mais de doze (12) meses dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.

Parágrafo Único. Verificada a incapacidade definitiva, o servidor em disponibilidade será aposentado.

**Art. 31** Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, contando da publicação do ato de aproveitamento, salvo doença comprovada por inspeção médica.

## SEÇÃO XI DA PROMOÇÃO

**Art. 32** As promoções obedecerão às regras estabelecidas na Lei que dispuser sobre os planos de carreira dos servidores municipais.

## Capítulo II DA VACÂNCIA

**Art. 33** A vacância do cargo decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - recondução;

V - aposentadoria;

VI - falecimento;

VII - promoção.

**Art. 34** Dar-se-á exoneração:

I - a pedido;

II - de ofício, quando:

a) se tratar de cargo em comissão;

b) de servidor não estável nas hipóteses do art. 22, desta Lei;

c) ocorrer posse do servidor não estável em outro cargo inacumulável, observado o disposto nos § 1º e 2º do art. 138, desta Lei.

**Art. 35** A abertura da vaga ocorrerá na data da publicação da lei que criar o cargo ou do ato que formalizar qualquer das hipóteses previstas no art. 33.

**Art. 36** A vacância de função gratificada dar-se-á por dispensa, a pedido ou de ofício, ou por destituição.

Parágrafo Único. A destituição será aplicada como penalidade nos casos previstos nesta Lei.

### TÍTULO III DAS MUTAÇÕES FUNCIONAIS

#### Capítulo I DA SUBSTITUIÇÃO

**Art. 37** Dar-se-á substituição de titular de cargo em comissão ou de função gratificada durante o seu impedimento legal.

§ 1º Poderá ser organizada e publicada no mês de janeiro a relação de substitutos para o ano todo.

§ 2º Na falta dessa relação, a designação será feita em cada caso.

**Art. 38** O substituto fará jus ao vencimento do cargo em comissão ou do valor da função gratificada, se a substituição ocorrer por prazo superior a sete (07) dias.

#### Capítulo II DA REMOÇÃO

**Art. 39** Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição.

§ 1º A remoção poderá ocorrer:

I - a pedido, atendida a conveniência do servidor;

II - de ofício, no interesse da administração, mediante parecer justificando a necessidade.

**Art. 40** A remoção será feita por ato da autoridade competente.

**Art. 41** A remoção por permuta será precedida de requerimento firmado por ambos os interessados.

### Capítulo III DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

**Art. 42** O exercício de função de confiança pelo servidor público efetivo, poderá ocorrer sob a forma de função gratificada, que deverá ser criada em paralelo com o Cargo em Comissão.

**Art. 43** A função gratificada é instituída por lei para atender encargos de direção, chefia ou assessoramento, que não justifiquem a criação de cargo em comissão.

Parágrafo Único. A função gratificada deverá também ser criada em paralelo com o cargo em comissão, como forma alternativa de provimento da posição de confiança, hipótese em que o valor da mesma não poderá ser superior a cinquenta por cento (50%) do vencimento do cargo em comissão.

**Art. 44** A designação para o exercício da função gratificada, que nunca será cumulativa com o cargo em comissão, será feita por ato expresso da autoridade competente.

**Art. 45** O valor da função gratificada será percebido cumulativamente com o vencimento do cargo de provimento efetivo.

**Art. 46** O valor da função gratificada continuará sendo percebido pelo servidor que, sendo seu ocupante, estiver ausente em virtude de férias, luto, casamento, licença para tratar de saúde, licença gestante ou paternidade, serviços obrigatórios por lei ou atribuições decorrentes de seu cargo ou função.

**Art. 47** Será tornada sem efeito a designação do servidor que não entrar no exercício da função gratificada no prazo de dez (10) dias a contar do ato de investidura.

**Art. 48** É facultado ao servidor efetivo do Município, quando indicado para o exercício de cargo em comissão, optar pelo provimento sob a forma de função gratificada correspondente.

## TÍTULO IV DO REGIME DE TRABALHO

### Capítulo I DO HORÁRIO E DO PONTO

**Art. 49** O Prefeito determinará, quando não estabelecido em lei ou regulamento, o horário de expediente das repartições.

**Art. 50** O horário normal de trabalho é estabelecido pelo Prefeito Municipal, não podendo ser superior a oito horas diárias e a quarenta horas semanais.

**Art. 51** Atendendo a conveniência ou a necessidade do servidor, e mediante acordo escrito, poderá



ser instituído sistema de compensação de horário, hipótese em que a jornada diária poderá ser superior a oito horas, sendo o excesso de horas compensada pela correspondente diminuição em outro dia, observada sempre a jornada máxima semanal.

**Art. 52** A frequência do servidor será controlada:

I - pelo ponto;

II - pela forma determinada em regulamento, quando os servidores não estiverem sujeitos ao ponto.

§ 1º Ponto é o registro, mecânico ou não, que assinala o comparecimento do servidor ao serviço e pelo qual se verifica, diariamente, a sua entrada e saída.

§ 2º Salvo nos casos do inciso II deste artigo, é vedado dispensar o servidor do registro do ponto e abonar faltas do serviço.

## Capítulo II DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

**Art. 53** A prestação de serviços extraordinários só poderá ocorrer por expressa determinação da autoridade competente, mediante solicitação fundamentada do chefe da repartição, ou de ofício.

§ 1º O serviço extraordinário será remunerado por hora de trabalho que exceda o período normal, com acréscimo de cinquenta por cento (50%) em relação a hora normal.

§ 2º Salvo casos excepcionais, devidamente justificados, não poderá o trabalho em horário extraordinário exceder a duas horas diárias.

**Art. 54** O serviço extraordinário, excepcionalmente, poderá ser realizado sob a forma de plantões, para assegurar o funcionamento dos serviços municipais ininterruptos.

Parágrafo Único. O plantão extraordinário visa a substituição do plantonista titular legalmente afastado ou em falta ao serviço.

**Art. 55** O exercício de cargo em comissão ou função gratificada, não sujeito ao controle de ponto, exclui a remuneração por serviço extraordinário.

## Capítulo III DO REPOUSO SEMANAL

**Art. 56** O servidor tem direito a repouso remunerado, dois dias de cada semana, preferencialmente aos sábados e domingos, bem como nos feriados civis e religiosos.

§ 1º A remuneração dos dias de repouso corresponderão a dois dias normais de trabalho.

§ 2º Na hipótese de servidores com remuneração por produção, peça ou tarefa, a remuneração do repouso corresponderá ao total da produção da semana, dividido pelos dias úteis da mesma semana.

§ 3º Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal do servidor mensalista ou quinzenalista, cujo vencimento remunera trinta ou quinze dias, respectivamente.

**Art. 57** Perderá a remuneração do repouso o servidor que tiver faltado sem motivo justificado ao serviço durante a semana, mesmo que em apenas um turno.

Parágrafo Único. São motivos justificados as concessões, licenças e afastamentos previstos em lei, nas

quais o servidor continua com o direito ao vencimento normal, como se em exercício estivesse.

**Art. 58** Nos serviços públicos ininterruptos poderá ser exigido o trabalho nos dias feriados civis e religiosos, hipótese em que as horas trabalhadas serão pagas com acréscimo de cinquenta por cento (50%), salvo a concessão de outro dia de folga compensatória.

## TÍTULO V DOS DIREITOS E VANTAGENS

### Capítulo I DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

**Art. 59** Vencimento é a retribuição paga pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor básico fixado em lei, com reajustes periódicos e regulares, sem distinção de índice entre as categorias, de modo a preservar seus valores reais.

**Art. 60** Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

**Art. 61** Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores fixados como remuneração, em espécie, a qualquer título, para Secretário Municipal.

**Art. 62** Excluem-se dos tetos de remuneração estabelecidos nos artigos antecedentes as vantagens previstas nos art. 76, incisos I a IV, 86, e a remuneração por serviço extraordinário.

**Art. 63** O servidor perderá:

I - a remuneração dos dias em que faltar o serviço, bem como dos dias de repouso da respectiva semana, sem prejuízo da penalidade disciplinar cabível;

II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, sem prejuízo da penalidade disciplinar cabível;

III - metade da remuneração na hipótese prevista no parágrafo único do art. 136.

**Art. 64** Salvo por imposição legal, ou mandato judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

**Art. 65** As reposições devidas à Fazenda Municipal poderão ser feitas em parcelas mensais, corrigidas monetariamente, e mediante descontos em folha de pagamento.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá exceder a vinte por cento (20%) da remuneração do servidor.

§ 2º O servidor será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal, em virtude de alcance, desfalque, ou omissão em efetuar o recolhimento ou entrada nos prazos legais.

**Art. 66** O servidor em débito com o Erário, que for demitido, exonerado ou que tiver a sua disponibilidade cassada, terá de repor a quantia de uma só vez.

**Parágrafo Único.** A não quitação do débito implicará em sua inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

## Capítulo II DAS VANTAGENS

**Art. 67** Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - gratificações e adicionais.

§ 1º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou ao provento para qualquer efeito.

~~§ 2º As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei. (Vide regulamentação dada pela Lei nº 4270/1996) (Revogado pela Lei Complementar nº 27/2009)~~

**Art. 68** As vantagens pecuniárias não serão computadas e acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

### SEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

**Art. 69** Constituem indenizações ao servidor:

I - diárias;

II - ajuda de custos;

III - transporte.

### SUBSEÇÃO I DAS DIÁRIAS

**Art. 70** Ao servidor que, por determinação da autoridade competente, se deslocar eventual ou transitoriamente do Município, no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo de interesse da administração, serão concedidas, além do transporte, diárias para cobrir as despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana.

§ 1º Nos casos em que o deslocamento não exija pernoite fora da sede, mas exija pelo menos duas refeições, as diárias serão pagas por metade.

§ 2º O valor das diárias será estabelecido em lei.

**Art. 71** Se o deslocamento do servidor constituir exigência permanente do cargo, não fará jus às diárias.

**Art. 72** O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de três dias.

Parágrafo Único. Na hipótese do servidor retornar ao Município em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso em igual prazo.

### SUBSEÇÃO II DA AJUDA DE CUSTO

**Art. 73** A ajuda de custo destina-se a cobrir as despesas de viagem e instalação do servidor que for designado para exercer missão ou estudo fora do Município, por tempo que justifique a mudança temporária de residência.

Parágrafo Único. A concessão da ajuda de custos ficará a critério da autoridade competente, que considerará os aspectos relacionados com a distância percorrida, o número de pessoas que acompanharão o servidor e a duração da ausência.

**Art. 74** A ajuda de custo não poderá exceder o dobro do vencimento do servidor, salvo quando o deslocamento for para o exterior, caso em que poderá ser até de quatro vezes o vencimento, desde que arbitrada justificadamente.

### SUBSEÇÃO III DO TRANSPORTE

**Art. 75** Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio para locomoção para execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, nos termos de lei específica.

§ 1º Somente fará jus à indenização de transporte pelo seu valor integral, o servidor que, no mês, haja efetivamente realizado serviço externo, durante pelo menos vinte dias.

§ 2º Se o número de dias de serviço externo for inferior ao previsto no parágrafo anterior, a indenização será devida na proporção de um vinte avos por dia de realização do serviço.

§ 3º Fica assegurado o transporte aos servidores públicos que trabalham na periferia e fora da zona urbana, com exceção de quem tem difícil acesso. ([Vide Decreto nº 5818/2011](#))

### SEÇÃO II DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

**Art. 76** Constituem gratificações e adicionais dos servidores municipais:

I - gratificação natalina;

II - adicional por tempo de serviço;

III - adicional pelo exercício de atividades em condições insalubres ou perigosas;

IV - adicional noturno.

V - gratificação por assiduidade e disciplina. ([Redação dada pela Lei Complementar nº 27/2009](#))

### SUBSEÇÃO I DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

**Art. 77** A gratificação natalina corresponde a um doze avos da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício do respectivo ano.

§ 1º Os adicionais de insalubridade, periculosidade, o noturno, as gratificações e o valor de função gratificada, serão computados na razão de 1/12 de seu valor vigente em dezembro, por mês de exercício em que o servidor percebeu vantagem, no ano correspondente.

§ 2º A fração igual ou superior a quinze dias de exercício no mesmo mês será considerada como mês integral.

**Art. 78** A gratificação natalina será paga até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano.

**Art. 79** O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

**Art. 80** A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

## SUBSEÇÃO II DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

~~**Art. 81** O adicional por tempo de serviço é devido à razão de cinco por cento (5%) a cada três anos de serviço público prestado ao Município, incidente sobre o vencimento do servidor ocupante de cargo efetivo.~~

**Art. 81 -** O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) a cada três anos de serviço público prestado ao Município, incidente sobre o vencimento do Servidor Público Municipal. (Redação dada pela Lei nº 4440/1996)

Parágrafo Único. O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o triênio.

## SUBSEÇÃO III DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

**Art. 82** Os servidores que executem atividades insalubres ou perigosas, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo.

Parágrafo Único. As atividades insalubres ou perigosas, serão definidas em lei própria.

**Art. 83** O exercício de atividade em condições de insalubridade, assegura ao servidor a percepção de um adicional de insalubridade de:

I - insalubridade - 10% grau mínimo;

II - insalubridade - 20% grau médio;

III - insalubridade - 40% grau máximo;

IV - periculosidade - 30%.

Parágrafo Único. No caso da existência de insalubridade e periculosidade, optar-se-á pelo mais vantajoso ao empregado ou servidor.

**Art. 84** Os adicionais de insalubridade ou periculosidade, não são acumuláveis, cabendo ao servidor optar por um deles, quando for o caso.

**Art. 85** O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade, cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

## SUBSEÇÃO IV DO ADICIONAL NOTURNO

**Art. 86** O servidor que prestar trabalho noturno fará jus a um adicional de vinte e cinco por cento (25%), sobre o vencimento do cargo.

§ 1º Considera-se trabalho noturno, para efeito deste artigo, o executado entre as 22h00min horas, de um dia e as 05h00min horas do dia seguinte.

#### SUBSEÇÃO V

#### DA GRATIFICAÇÃO POR ASSIDUIDADE E DISCIPLINA (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 27/2009)

~~**Art. 86-A** Após cada 05 (cinco) anos ininterruptos de exercício de cargo em provimento efetivo a partir da vigência deste artigo, o servidor terá direito a perceber o valor equivalente a 01 (um) mês de remuneração, a título de gratificação por assiduidade e disciplina, mesmo que esteja no exercício de cargo em comissão ou função gratificada.~~

~~§ 1º A aquisição do direito a gratificação por Assiduidade e Disciplina será interrompida se o servidor, no período aquisitivo:~~

~~I – sofrer penalidade disciplinar de suspensão, com trânsito em julgado administrativo, na forma do Estatuto;~~

~~II – afastar-se do serviço por período ininterrupto ou acumulado superior a 90 (noventa) dias, por motivo de licença por doença em pessoa da família;~~

~~III – sofrer condenação criminal por sentença definitiva, em razão de ilícito cometido no exercício do cargo;~~

~~IV – gozar licença para tratar de interesses particulares;~~

~~V – tiver mais que 15 (quinze) faltas injustificadas ao serviço.~~

~~§ 2º O afastamento do cargo para desempenho de mandato classista ou assemelhado suspende a aquisição da gratificação por assiduidade e disciplina. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 27/2009) (Regulamentado pelo Decreto nº 6791/2014)~~

**Art. 86-A** A cada 01 ano de exercício em cargo de provimento efetivo, ainda que no exercício de função gratificada ou cargo em comissão no município, o servidor terá direito a:

I - Perceber, em parcela única, o valor equivalente a 1/5 (um quinto) a mais da sua remuneração, no mês subsequente ao termo final do período aquisitivo, a título de Gratificação por Assiduidade e Disciplina ou

II - Entrar em gozo de 10 (dez) dias úteis consecutivos de gozo de Licença por Assiduidade e Disciplina, os quais poderão ser divididos em dois períodos, de acordo com a disponibilidade do servidor.

§ 1º O termo inicial da contagem do período aquisitivo, para fins de recebimento Gratificação por Assiduidade e Disciplina ou de gozo da Licença por Assiduidade e Disciplina coincide com a data da entrada do Servidor no exercício do cargo efetivo para o qual foi nomeado, salvo nas hipóteses de interrupção previstas no § 10 deste artigo, excetuando-se, também, os Servidores nomeados em data anterior à publicação da Lei Complementar Municipal nº 27, de 26 de maio de 2009, os quais terão como data base 26 de maio de cada ano.

§ 2º O direito à Gratificação por Assiduidade e Disciplina ou à Licença por Assiduidade e Disciplina não são cumulativos, sendo facultado ao servidor optar por apenas um destes benefícios.

§ 3º Ao final do período aquisitivo, a Administração Municipal deverá, se for o caso, implementar, na folha de pagamento do mês subsequente, o valor relativo à Gratificação por Assiduidade e Disciplina, nos termos do inciso I, do caput deste artigo, salvo se houver manifestação expressa do Servidor interessado, optando pela obtenção da Licença por Assiduidade e Disciplina.

§ 4º A manifestação do Servidor interessado, referida no § 3º deste artigo, deverá ocorrer através de requerimento, a ser entregue no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal até 30 (trinta) dias antes do vencimento do período aquisitivo, contendo, além da manifestação expressa da opção pelo gozo da Licença por Assiduidade e Disciplina, o período em que pretende usufruí-la.

§ 5º O número de Servidores em gozo simultâneo da Licença por Assiduidade e Disciplina não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação do respectivo setor administrativo, cabendo ao Secretário Titular da pasta respectiva manifestar-se acerca da viabilidade da concessão da licença no período inicialmente solicitado pelo servidor.

§ 6º Além da previsão contida no parágrafo anterior, a Licença por Assiduidade e Disciplina não será concedida no período indicado pelo Servidor interessado somente nas seguintes situações:

I - por estrita necessidade do serviço, sendo demonstrada a possibilidade de paralisação dos serviços públicos, em razão da concessão da licença pleiteada;

II - calamidade pública;

III - comoção interna;

IV - superior interesse público;

V - no caso de professores e funcionários das Escolas Públicas Municipais, se ficar demonstrada a possibilidade de prejuízo ao bom andamento do calendário letivo.

§ 7º Após a sua concessão, a Licença por Assiduidade e Disciplina somente poderá ser interrompida no caso de ocorrência de algum dos motivos previstos no parágrafo anterior.

§ 8º Nas situações previstas nos parágrafos 6º e 7º deste artigo, deverá ser definido, de comum acordo, outro período para que a licença seja usufruída, o que deverá ocorrer antes do vencimento do próximo período aquisitivo.

§ 9º É vedada a acumulação de duas ou mais Gratificações por Assiduidade e Disciplina ou de Licenças por Assiduidade e Disciplina, devendo o Servidor com direito adquirido ao benefício usufruí-lo antes do vencimento do próximo período aquisitivo.

§ 10 O período aquisitivo do direito à Gratificação por Assiduidade e Disciplina ou Licença por Assiduidade e Disciplina será interrompido, iniciando-se nova contagem ou, suspenso, aproveitando-se o tempo anterior à suspensão, nos seguintes casos:

I - Interrompe-se o período aquisitivo:

- a) Se o servidor sofrer penalidade disciplinar, nos termos deste Estatuto, com trânsito em julgado administrativo e sem suspensão judicial da decisão;
- b) Faltar ao serviço, sem justificativa, por mais de 03 (três) dias, assim considerada a falta integral aos dois turnos do dia;
- c) Sofrer condenação criminal por sentença definitiva, em razão de ilícito cometido no exercício do cargo;

II - Suspende-se o período aquisitivo, pelo tempo de afastamento:

- a) Se o servidor se afastar do serviço, por motivo de licença por doença em pessoa da família, de forma ininterrupta ou acumulada, por mais de 10 (dez) dias;
- b) Se o servidor se afastar do serviço, por motivo de licença para tratamento de saúde ou auxílio doença, por mais de 15 (quinze) dias ininterruptos ou, por mais de 20 (vinte) dias, de forma acumulada;
- c) Se o servidor entrar em gozo de licença para tratar de interesses particulares;

- d) Se o servidor entrar em licença para o exercício de mandato classista ou assemelhado;
- e) Se o servidor se afastar para o exercício de função gratificada ou cargo em comissão na administração direta ou indireta de outro ente da federação.

§ 11 O afastamento do cargo para desempenho de mandato eletivo, classista ou assemelhado suspende o período aquisitivo para concessão da Gratificação por Assiduidade e Disciplina ou da Licença por Assiduidade e Disciplina. (Redação dada pela Lei Complementar nº 87/2019)

### Capítulo III DAS FÉRIAS

#### SEÇÃO I DO DIREITO A FÉRIAS E DA SUA DURAÇÃO

**Art. 87** O servidor terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração, acrescida esta de no mínimo um terço (1/3).

**Parágrafo Único.** Por estrita necessidade do serviço e de comum acordo, o Servidor poderá ser convocado para retornar ao serviço durante o gozo de férias, por um período máximo de 10 (dez) dias consecutivos que poderá ser convertido em remuneração ou compensados posteriormente. (Redação acrescida pela Lei nº 4267/1996)

**Art. 88** Após cada período de doze meses de vigência da relação entre o Município e o servidor, terá este direito a férias na seguinte proporção:

I - trinta dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes, injustificadamente;

II - vinte e quatro dias corridos, quando houver tido de seis a quatorze faltas injustificadas;

III - dezoito dias corridos, quando houver tido de quinze a vinte e três faltas injustificadas;

IV - doze dias corridos, quando houver tido de vinte e quatro a trinta e duas faltas injustificadas.

**Parágrafo Único.** Aos membros do Magistério Público Municipal é assegurado como recesso escolar o período de sessenta (60) dias, durante as férias escolares, sendo facultado à Administração Pública optar pelo período que julgar adequado para concessão das férias que trata esta Seção.

**Art. 89** Não serão consideradas faltas ao serviço as concessões, licenças e afastamentos previstos em lei, nos quais o servidor continua com direito ao vencimento normal, como se em exercício estivesse.

**Art. 90** O tempo de serviço anterior será somado ao posterior para fins de cômputo do período aquisitivo de férias nos casos de licenças previstas nos incisos II, III e IV do artigo 88.

**Art. 91** Não terá direito a férias o servidor que no curso do período aquisitivo tiver gozado licenças para tratamento de saúde, por acidente de serviço, ou por motivo de doença em pessoa da família, por mais de seis (06) meses, embora descontínuo, e licença para tratar de interesses particulares, por qualquer prazo.

**Parágrafo Único.** Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de condição prevista neste artigo, retornar ao trabalho.

#### SEÇÃO II DA CONCESSÃO E DO GOZO DAS FÉRIAS



**Art. 92** É obrigatória a concessão e gozo das férias, em um só período, nos doze (12) meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito.

Parágrafo Único. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de superior interesse público.

**Art. 93** A concessão das férias, mencionando o período de gozo, será participada, por escrito, ao servidor, com antecedência de, no mínimo, quinze (15) dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.

**Art. 94** Vencido o prazo mencionado no art. 92 desta Lei, sem que a Administração tenha concedido as férias, fica o Município obrigado a pagá-las em dobro, sem prejuízo da concessão das mesmas.

### SEÇÃO III DA REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS

**Art. 95** O servidor perceberá durante as férias a remuneração integral acrescida de 1/3 (um terço).

§ 1º Os adicionais, exceto por tempo de serviço que será computado sempre integralmente, as gratificações e o valor de função gratificada não percebidos durante todo o período aquisitivo, serão computados proporcionalmente, observados os valores atuais.

§ 2º O pagamento da remuneração das férias, por solicitação do servidor, será feito dentro dos cinco (5) dias anteriores ao período do gozo.

### SEÇÃO IV DOS EFEITOS NA EXONERAÇÃO

**Art. 96** No caso de exoneração será devida ao servidor a remuneração correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.

Parágrafo Único. O servidor exonerado após doze (12) meses de serviço, terá direito também a remuneração relativa ao período incompleto de férias de acordo com o artigo 88, na proporção de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a quatorze (14) dias.

### Capítulo IV DAS LICENÇAS

#### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 97** Conceder-se-á licença ao servidor:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - para o serviço militar;

III - para concorrer a cargo eletivo;

IV - para tratar de interesses particulares;

V - para desempenho de mandato classista;

VI - para qualificação profissional sem prejuízo de seus vencimentos, desde que dentro de sua área de atuação e mediante comprovação;

VII - para gozo de licença prêmio;

VIII - para tratamento de saúde do servidor;

IX - para gestante, de paternidade ou adoção;

X - para aguardar a aposentadoria;

**XI - por assiduidade e disciplina. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 87/2019)**

§ 1º O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a vinte e quatro (24) meses, salvo nos casos dos incisos II, III, IV e X.

§ 2º A licença concedida dentro de sessenta (60) dias de término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

## SEÇÃO II DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

**Art. 98** Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai ou da mãe, de filho ou enteado e de irmão ou pessoa que viva sob dependência econômica do servidor, mediante comprovação médica oficial do Município.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado, através de acompanhamento pela Administração Municipal.

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração, até um (01) mês, e, após, com os seguintes descontos:

I - de 1/3 (um terço), quando exceder a um (01) mês e até dois (02) meses;

II - de 2/3 (dois terços) quando exceder a dois (02) meses até cinco (05) meses;

III - sem remuneração, a partir de sexto (6º) mês até o máximo de dois (02) anos.

## SEÇÃO III DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR

**Art. 99** Ao servidor que for convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional, será concedida a licença sem remuneração.

§ 1º A licença será concedida à vista de documento oficial que comprove a convocação.

§ 2º O servidor desincorporado em outro Estado da Federação deverá reassumir o exercício do cargo dentro do prazo de trinta (30) dias se a desincorporação ocorrer dentro do Estado o prazo será de quinze (15) dias.

## SEÇÃO IV DA LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

**Art. 100** O servidor terá direito a licença sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura, perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo no próprio Município e que exerça cargo ou função de direção, chefia, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado a partir do dia imediato ao registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o quinto dia seguinte ao da eleição, salvo se Lei Federal específica estabelecer prazos maiores, o servidor ocupante de cargo efetivo fará jus a licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

## SEÇÃO V DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

**Art. 101** A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até dois (02) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º Não se concederá nova licença antes de decorridos dois (02) anos de término ou interrupção da anterior.

§ 3º Não se concederá a licença a servidor nomeado ou removido, antes de completar dois (02) anos de exercício no novo cargo ou repartição.

## SEÇÃO VI DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

**Art. 102** É assegurado ao servidor o direito a licença para desempenho do mandato em Confederação, Sindicato representativo da categoria e Associação dos Servidores Municipais, com remuneração, apenas para quem exercer a presidência.

§ 1º Somente poderão ser licenciados servidores e leitos para cargo de direção ou representação nas referidas entidades até o máximo de três (03), por entidade.

§ 2º A licença terá duração igual a do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição e por única vez.

## SEÇÃO VII DA LICENÇA-PRÊMIO

~~**Art. 103** Após cada cinco (05) anos ininterruptos de exercício, o funcionário terá direito a três (03) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, sem prejuízo da remuneração.~~

~~§ 1º Não terá direito à licença-prêmio se no curso do período aquisitivo o servidor:~~

~~I— sofrer penalidade disciplinar de suspensão;~~

~~II— afastar-se do serviço por motivo de licença por doença em pessoa da família, por mais de noventa (90) dias;~~

~~III - obter licença para tratar de interesses particulares;~~

~~IV - sofrer condenação criminal sujeita a pena privativa da liberdade, por sentença definitiva.~~

~~§ 2º As faltas justificadas ao serviço, retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um (01) mês para cada falta. (Revogado pela Lei Complementar nº 27/2009)~~

**Art. 104** ~~O número de servidores em gozo simultâneo da licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação de cada setor administrativo do Município. (Revogado pela Lei Complementar nº 27/2009)~~

**Art. 105** ~~A licença-prêmio poderá ser convertida em tempo dobrado de serviço, se o servidor assim o requerer. (Revogado pela Lei Complementar nº 27/2009)~~

**Art. 106** A licença-prêmio deverá ser concedida ao servidor que primeiro a requereu, seguindo-se aos demais, a ordem de entrada dos requerimentos.

## SEÇÃO VIII DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR

Ver artigos nº 199 a 203 e de 207 a 210.

## SEÇÃO IX DA LICENÇA GESTANTE, DE PATERNIDADE E ADOTANTE.

Ver artigos nº 204 a 206.

## SEÇÃO X DA LICENÇA PARA AGUARDAR APOSENTADORIA

Ver artigo nº 187, § 2º.

## Capítulo V DO AFASTAMENTO PARA SERVIR A OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE

**Art. 107** O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da União, dos Estados e Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - para exercício de função de confiança;

II - em casos previstos em leis específicas;

III - para cumprimento de convênio.

Parágrafo Único. Na hipótese do inciso I deste artigo, a cedência será sem ônus para o Município e, nos demais casos, conforme dispuser a lei ou convênio, desde que com a concordância do servidor.

## Capítulo VI DAS CONCESSÕES

**Art. 108** Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por um dia, em cada doze (12) meses de trabalho, para doação de sangue;

II - até dois dias, para se alistar como eleitor;

III - até cinco dias consecutivos, por motivo de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados e irmão;

IV - até um dia por motivo de falecimento de avô ou avó.

~~Art. 109~~ Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

~~Parágrafo Único. Para efeitos do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horários na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.~~

**Art. 109** Poderá ser concedido horário especial ao servidor:

I - estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, sendo exigida compensação das horas de afastamento, respeitada a duração semanal do trabalho.

II - que exerça suas atividades com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e tenha sob seus cuidados filho ou dependente legal de qualquer idade, portador de deficiência congênita ou adquirida, conforme definido no Art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, inclusive transtorno do espectro autista, que exija tratamento e/ou cuidados especiais, observado o seguinte: (Vide regulamentação dada pelo Decreto nº 7965/2018)

a) a jornada de trabalho poderá ser reduzida em 25% (vinte e cinco por cento), sem prejuízo da remuneração e dispensada a compensação de horário;

b) a concessão da redução de horário de trabalho dependerá de laudo elaborado por junta médica designada pelo Município, a qual poderá requerer exames complementares e parecer de equipe multiprofissional para subsidiar sua decisão.

§ 1º No caso de haver dois ou mais servidores aptos à concessão da redução do horário de trabalho definida no inciso II do "caput", relativamente à mesma pessoa que necessite de tratamento e/ou cuidados especiais, o benefício será concedido a apenas um deles.

§ 2º Aplica-se o disposto do inciso II do "caput" também ao servidor detentor de 02 (dois) cargos públicos junto ao Município, cujas jornadas de trabalho somadas atinjam 40 (quarenta) horas semanais.

§ 3º Fica vedada a convocação para serviço extraordinário e a nomeação para Função Gratificada de Servidor Municipal beneficiado com qualquer das reduções de horário de trabalho definidas neste artigo.

§ 4º O disposto neste artigo poderá ser regulamentado, no que couber, por Decreto. (Redação dada pela Lei Complementar nº 84/2018)

## Capítulo VII DO TEMPO DE SERVIÇO

**Art. 110** A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

§ 1º O número de dias será convertido em anos, considerados de 365 dias.

§ 2º Feita a conversão, os dias restantes, até cento e oitenta e dois, não serão computados, arredondando-se para um ano quando excederem este número, para efeito de cálculo de proventos de

aposentadoria.

**Art. 111** Além das ausências ao serviço previstas no artigo 108, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercício de cargo em comissão, no Município;

III - convocação para o serviço militar;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - licença:

a) à gestante, à adotante e a paternidade;

b) para tratamento de saúde, inclusive por acidente em serviço ou moléstia profissional;

c) licença para tratamento de saúde de pessoa da família, quando remunerada.

**Art. 112** Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade o tempo:

I - de licença para desempenho de mandato classista;

II - de licença para concorrer o cargo eletivo;

III - em que o servidor esteve em disponibilidade remunerada;

IV - de serviço prestado a atividade privada, devidamente comprovado.

Parágrafo Único. O serviço público Federal, Estadual e Municipal, inclusive o prestado as suas autarquias, contar-se-á para todos os efeitos previstos nesta Lei.

**Art. 113** O tempo de afastamento para exercício de mandato eletivo será contado na forma das disposições constitucionais ou legais específicas.

**Art. 114** É vedada a contagem acumulada de tempo de serviço simultâneo.

## Capítulo VIII DO DIREITO DE PETIÇÃO

**Art. 115** É assegurado ao servidor o direito de requerer, pedir reconsideração, recorrer e representar, em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Parágrafo Único. As petições, salvo determinação expressa em lei ou regulamento, serão dirigidas ao Prefeito Municipal e terão decisão final no prazo de trinta (30) dias.

**Art. 116** O pedido de reconsideração deverá conter novos argumentos ou provas suscetíveis de reformar o despacho, a decisão ou ato.

Parágrafo Único. O pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, será submetido a autoridade que houver prolatado o despacho, proferido a decisão ou praticado o ato.

**Art. 117** Caberá recurso ao Prefeito, como última instância administrativa, sendo indelegável sua decisão.

Parágrafo Único. Terá caráter de recurso o pedido de reconsideração quando o prolator do despacho, decisão ou ato houver sido o Prefeito.

**Art. 118** O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso, é de trinta (30) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Parágrafo Único. O pedido de reconsideração e o recurso não terão efeito suspensivo e, se providos, seus efeitos retroagirão à data do ato impugnado.

**Art. 119** O direito de reclamação administrativa prescreve, salvo disposição legal em contrário, em cinco (05) anos a contar do ato ou fato do qual se originar.

§ 1º O prazo prescricional terá início na data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência, pelo interessado, quando o ato não for publicado.

§ 2º O pedido de reconsideração e o recurso interrompem a prescrição administrativa.

**Art. 120** A representação será dirigida ao chefe imediato do servidor que, se a solução não for da sua alçada, a encaminhará a quem de direito.

Parágrafo Único. Se não for dado andamento a representação, dentro do prazo de cinco (05) dias, poderá o servidor dirigi-la direta e sucessivamente às chefias superiores.

**Art. 121** É assegurado o direito de vistas do processo ao servidor ou representante legal.

## TÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR

### Capítulo I DOS DEVERES

**Art. 122** São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - lealdade às instituições a que servir;

III - observância das normas legais e regulamento;

IV - cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX - manter conduta compatível com a modalidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual no serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra ilegalidade ou abuso de poder;

XIII - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio convenientemente trajado ou com o uniforme que for determinado;

XIV - observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas, bem como o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem fornecidos;

XV - manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho;

XVI - freqüentar cursos e treinamentos instituídos para seu aperfeiçoamento e especialização;

XVII - apresentar relatório ou resumo de suas atividades nas hipóteses e prazos previstos em lei, ou regulamento, ou quando determinado pela autoridade competente; e

XVIII - sugerir providências tendentes à melhoria ou aperfeiçoamento do serviço.

Parágrafo Único. Será considerado co-autor o superior hierárquico ou colega que, recebendo denúncia ou representação a respeito de irregularidade no serviço ou falta cometida por servidor, seu subordinado, deixar de tomar as providências necessárias à sua apuração.

## Capítulo II DAS PROIBIÇÕES

**Art. 123** É proibido ao servidor qualquer ação ou omissão capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar a fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo, ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos de Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral;

VII - cometer a pessoa estranha à repartição fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

VIII - compelir outro servidor no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

IX - manter sobre sua chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até 2º grau civil, salvo se decorrente de nomeação por concurso público;



X - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem em detrimento da dignidade da função pública;

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o 2º grau;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro, sem licença prévia nos termos da lei;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa no desempenho das funções;

XVI - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVII - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com exercício do cargo ou função e com horário de trabalho.

**Art. 124** É lícito ao servidor criticar atos do Poder Público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

### Capítulo III DA ACUMULAÇÃO

**Art. 125** É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º Excetua-se da regra deste artigo os casos previstos na Constituição federal, mediante comprovação escrita da compatibilidade de horários.

§ 2º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

### Capítulo IV DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 126** O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo serviço irregular de suas atribuições.

**Art. 127** A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culpa grave, que resultem prejuízo ao Erário ou a terceiros.

§ 1º A indenização de prejuízo causado ao Erário poderá ser liquidada na forma prevista no art. 65.

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra ele será executada, até o limite do valor da herança recebida.

**Art. 128** A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nessa qualidade.

**Art. 129** A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

**Art. 130** As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

**Art. 131** A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

## Capítulo V DAS PENALIDADES

**Art. 132** São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de disponibilidade;

V - destituição de cargo ou função de confiança.

**Art. 133** Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes.

**Art. 134** Não poderá ser aplicada mais de uma pena disciplinar pela mesma infração.

Parágrafo Único. No caso de infrações simultâneas, a maior absorve as demais, funcionando estas como agravantes na gradação da penalidade.

**Art. 135** Observado o disposto nos artigos precedentes, a pena de advertência ou suspensão será aplicada, a critério da autoridade competente, por escrito, na inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna e nos casos de violação de proibição que não tipifique infração sujeita a penalidade de demissão.

**Art. 136** A pena de suspensão não poderá ultrapassar a sessenta (60) dias.

Parágrafo Único. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento (50%), da remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

**Art. 137** Será aplicado ao servidor a pena de demissão nos casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - indisciplina ou insubordinação graves ou reiteradas;

IV - inassiduidade ou impontualidade habituais;

V - improbidade administrativa;

VI - incontinência pública;

VII - ofensa física contra qualquer pessoa, cometida em serviço, salvo em legítima defesa;

VIII - aplicação irregular de dinheiro público;

IX - revelação de segredo apropriado em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargo, emprego ou funções;

XIII - transgressão do art. 123, inciso X.

**Art. 138** A acumulação de que trata o inciso XII do artigo anterior acarreta a demissão de um dos cargos, empregos ou funções, dando-se ao servidor o prazo de cinco (05) dias para opção.

§ 1º Se comprovado que a acumulação se deu por má fé, o servidor será demitido de ambos os cargos e obrigado a devolver o que houver recebido dos cofres públicos.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos, empregos ou funções exercido na União, nos Estados, no Distrito Federal ou em outro Município, a demissão será comunicada ao outro órgão ou entidade onde ocorre acumulação.

**Art. 139** A demissão nos casos dos incisos V, VIII e X do art. 137 implica em indisponibilidade de bens e ressarcimento ao Erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

**Art. 140** Configura abandono de cargo a ausência intencional ao serviço por mais de trinta (30) dias consecutivos.

**Art. 141** A demissão por inassiduidade, impontualidade, indisciplina e insubordinação, será aplicada quando caracterizada a habitualidade de modo a representar séria violação dos deveres e obrigações do servidor, após anteriores punições por advertência ou suspensão.

**Art. 142** O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal.

**Art. 143** A pena de destituição de função gratificada será aplicada:

I - quando se verificar falta de exação em seu desempenho;

II - quando for verificado que, por negligência ou benevolência, o servidor contribuiu para que não se apurasse, no devido tempo, irregularidade no serviço.

Parágrafo Único. A aplicação da penalidade deste artigo não implicará em perda do cargo efetivo.

**Art. 144** O ato de aplicação de penalidade é de competência do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. Poderá ser delegada competência aos Secretários Municipais para aplicação de pena de suspensão ou advertência.

**Art. 145** A demissão por infringência ao art. 123, incisos X e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública do Município, pelo prazo de cinco (05) anos.

Parágrafo Único. Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido por infringência do art. 137, incisos I, V, VIII e X.

**Art. 146** A pena de destituição de função de confiança implica na impossibilidade de ser investido em funções dessa natureza durante o período de dois (02) anos a contar do ato de punição.

**Art. 147** As penalidades aplicadas ao servidor serão registradas em sua ficha funcional.

**Art. 148** A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco (05) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, disponibilidade ou destituição de função de confiança;

II - em dois (02) anos, quanto à suspensão;

III - em cento e oitenta (180) dias, quanto à advertência.

§ 1º A falta também prevista na lei penal como crime prescreverá juntamente com este.

§ 2º O prazo de prescrição começa a correr da data em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, todo o prazo começa a correr novamente, no dia da interrupção.

## Capítulo VI DO PROCESSO DISCIPLINAR EM GERAL

### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 149** A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

§ 1º As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito.

§ 2º Quando o fato narrado, de modo evidente, não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

**Art. 150** As irregularidades e faltas funcionais serão apuradas por meio de:

I - sindicância, quando não houver dados suficientes para sua determinação ou para apontar o servidor faltoso;

II - processo administrativo disciplinar, quando a gravidade da ação ou omissão torne o servidor passível de demissão, ou cassação da disponibilidade.

### SEÇÃO II DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

**Art. 151** A autoridade competente poderá determinar a suspensão preventiva do servidor, até sessenta (60) dias, prorrogáveis por mais trinta (30) se, fundamentalmente, houver necessidade de seu afastamento para apuração de falta a ele imputada.

**Art. 152** O servidor terá direito:

I - à remuneração e à contagem de tempo de serviço relativo ao período de suspensão preventiva, quando do processo não resultar punição ou esta se limitar à pena de advertência;

II - à remuneração e à contagem do tempo de serviço correspondente ao período de afastamento excedente ao prazo de suspensão efetivamente aplicada.

### SEÇÃO III DA SINDICÂNCIA

**Art. 153** A sindicância será cometida a servidor, podendo este ser dispensado de suas atribuições normais até a apresentação do relatório.

Parágrafo Único. A critério da autoridade competente, considerando o fato a ser apurado, a função sindicante poderá ser atribuída a uma comissão de servidores, até o máximo de três (03).

**Art. 154** O sindicante ou a comissão efetuará, de forma sumária, as diligências necessárias ao esclarecimento da ocorrência e indicação do responsável, apresentando, no prazo máximo de dez (10) dias úteis, relatório a respeito.

§ 1º Preliminarmente, deverá ser ouvido o autor da representação e o servidor implicado, se houver.

§ 2º Reunindo os elementos apurados, o sindicante ou comissão traduzirá no relatório as suas conclusões, indicando o possível culpado, qual a irregularidade ou transgressão e o seu enquadramento nas disposições estatutárias.

**Art. 155** A autoridade, de posse do relatório, acompanhado dos elementos que instruíram o processo, decidirá, no prazo de cinco (05) dias úteis:

I - pela aplicação de penalidade de advertência ou suspensão;

II - pela instauração de processo administrativo disciplinar, ou;

III - arquivamento do processo.

§ 1º Entendendo a autoridade competente que os fatos não estão devidamente enunciados, inclusive na indicação do possível culpado, devolverá o processo ao sindicante ou comissão, para ulteriores diligências, em prazo certo, não superior a cinco (05) dias úteis.

§ 2º De posse do novo relatório e elementos complementares, a autoridade decidirá no prazo e nos termos deste artigo.

### SEÇÃO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

**Art. 156** O processo administrativo disciplinar será conduzido por três (03) servidores designados pela autoridade competente que indicará dentre eles o seu presidente.

Parágrafo Único. A comissão terá como secretário, servidor designado pelo Presidente, podendo a

designação recair em um dos seus membros e que nessa comissão de sindicância, pelo menos um de seus elementos seja indicado pelo Sindicato.

**Art. 157** A comissão processante, sempre que necessário e expressamente determinado no ato de designação, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando os membros da comissão em tal caso, dispensados dos serviços normais da repartição.

**Art. 158** O processo administrativo será contraditório, assegurada ampla defesa ao acusado, como utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

**Art. 159** Quando o processo administrativo disciplinar resultar de prévia sindicância, o relatório desta integrará os autos, como peça informativa da instrução.

**Parágrafo Único.** Na hipótese do relatório de sindicância concluir pela prática do crime, a autoridade competente oficiará à autoridade policial, para abertura de inquérito, independente da imediata instauração do processo administrativo disciplinar.

**Art. 160** O prazo para conclusão do processo não excederá sessenta (60) dias, contados da data do ato que constituir a comissão, admitida a prorrogação por mais trinta (30) dias, quando as circunstâncias o exigirem, mediante autorização da autoridade que determinou a sua instauração.

**Art. 161** As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

**Art. 162** Ao instalar os trabalhos da comissão o presidente determinará a autuação da portaria e demais peças existentes e designará o dia, hora e local para primeira audiência e a citação do indiciado.

**Art. 163** A citação do indiciado deverá ser feita pessoalmente contra-recibo, com, pelo menos, quarenta e oito (48) horas de antecedência, em relação à audiência inicial e conterá dia, hora e local, e qualificação do indiciado e a falta que lhe é imputada.

§ 1º Caso o indiciado se recuse a receber a citação, deverá o fato ser certificado, a vista de, no mínimo, duas (02) testemunhas.

§ 2º Estando o indiciado ausente do Município, se conhecido seu endereço, será citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo o comprovante do registro e o aviso de recebimento.

§ 3º Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, divulgado como os demais atos oficiais do Município, com o prazo de quinze (15) dias.

**Art. 164** O indiciado poderá constituir procurador para fazer a sua defesa.

**Parágrafo Único.** Em caso de revelia, o presidente a comissão processante designará, de ofício, um defensor.

**Art. 165** Na audiência marcada, a comissão promoverá o interrogatório do indiciado, concedendo-lhe, em seguida, o prazo de cinco (05) dias, com vista no processo na repartição, para oferecer alegações escritas, requerer provas e arrolar testemunhas, até o máximo de dez (10).

**Parágrafo Único.** Havendo mais de um indiciado, o prazo será comum e de seis (06) dias, contados a partir da tomada de declaração do último deles.

**Art. 166** A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

**Art. 167** O indiciado tem o direito de, pessoalmente, ou por intermédio de procurador, assistir aos atos probatórios que realizarem perante a comissão, requerendo as medidas que julgar convenientes.

§ 1º O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial do perito.

**Art. 168** As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do intimado, ser anexada aos autos.

Parágrafo Único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

**Art. 169** O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito a testemunha fazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão ouvidas separadamente, com prévia intimação do indiciado ou de seu procurador.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

**Art. 170** Concluída a inquirição de testemunhas, poderá a comissão processante, se julgar útil ao esclarecimento dos fatos, reinterrogar o indiciado.

**Art. 171** Ultimada a instrução do processo, o indiciado será intimado por mandado do presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de dez (10) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

Parágrafo Único. O processo de defesa será comum e de quinze (15) dias se forem dois ou mais indiciados.

**Art. 172** Após o decurso do prazo, apresentada a defesa ou não, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório, no qual constará em relação a cada indiciado, separadamente, as irregularidades de que foi acusado, as provas que instruíram o processo e as razões de defesa, propondo, justificadamente, a absolvição ou punição do indiciado, e indicando a pena cabível e seu fundamento legal.

Parágrafo Único. O relatório e todos os elementos dos autos serão remetidos à autoridade que determinou a instauração do processo, dentro de dez (10) dias, contados do término do prazo para apresentação da defesa.

**Art. 173** A comissão ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestar esclarecimento ou providência julgada necessária.

**Art. 174** Recebidos os autos, a autoridade que determinou a instauração do processo:

I - dentro de cinco dias:

- a) pedirá esclarecimento ou providências que entender necessários, à comissão processante, marcando-lhe prazo;
- b) encaminhará os autos à autoridade superior, se entender que a pena cabível escapa à sua

competência.

II - Despachará o processo dentro de dez (10) dias, acolhendo ou não as conclusões da comissão processante, fundamentando o seu despacho se concluir diferentemente do proposto.

Parágrafo Único. Nos casos do inciso I deste artigo, o prazo para decisão final será contado, respectivamente, a partir do retorno ou recebimento dos autos.

**Art. 175** Na decisão final, são admitidos os recursos previstos nesta Lei.

**Art. 176** As irregularidades processuais que não constituam vícios substanciais insanáveis, suscetíveis de influírem na apuração da verdade ou na decisão do processo, não lhe determinarão a nulidade.

**Art. 177** O servidor que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido do cargo, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único. Excetua-se o caso de processo administrativo instaurado apenas para apurar o abandono de cargo, quando poderá haver exoneração a pedido, a juízo da autoridade competente.

## SEÇÃO V DA REVISÃO DO PROCESSO

**Art. 178** A revisão do processo administrativo disciplinar poderá ser requerida a qualquer tempo, uma única vez, quando:

I - a decisão for contrária ao texto de lei ou à evidência dos autos;

II - a decisão se fundar em depoimentos, exames ou documentos falsos ou viciados;

III - forem aduzidas novas provas, suscetíveis de atestar a inocência do interessado ou de autorizar diminuição da pena.

Parágrafo Único. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão do processo.

**Art. 179** No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

**Art. 180** O processo de revisão será realizado por comissão designada segundo os moldes das comissões de processo administrativo e correrá em apenso aos autos do processo originário.

**Art. 181** As conclusões da comissão serão encaminhadas à autoridade competente, dentro de trinta (30) dias, devendo a decisão ser proferida, fundamentalmente, dentro de dez (10) dias.

**Art. 182** Julgada procedente a revisão, será tornada insubsistente ou atenuada a penalidade imposta, restabelecendo-se os direitos decorrentes dessa decisão.

## TÍTULO VII DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR

### Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 183** ~~O Município manterá, mediante sistema contributivo, Plano de Seguridade Social para o~~



~~servidor submetido ao regime de que trata esta Lei, e para sua família.~~

~~§ 1º O plano de que trata este artigo poderá, no todo ou em parte, ser satisfeito por instituição oficial de previdência, assistência à saúde ou assistência social, para a qual contribuirão o Município e o servidor.~~

~~§ 2º Na hipótese de que venha a ser criada Entidade de Personalidade Jurídica Pública ou privada, esta deverá ser integrada por representantes dos servidores, do Executivo Municipal, do Poder Legislativo e do Ministério Público, sem prejuízo do Conselho Fiscal.~~

**Art. 183** ~~O Município garantirá aos seus servidores ocupantes de cargos efetivos o Plano de Seguridade Social composto das prestações discriminadas neste Título VII.~~

~~§ 1º O Plano de Seguridade Social será parcialmente prestado mediante sistema contributivo, na forma prevista em legislação específica.~~

~~§ 2º As prestações do Plano de Seguridade Social, não atendidas pelo sistema próprio de previdência social do Município, serão custeadas, como vantagens de natureza social, diretamente pelo próprio Município.~~

~~§ 3º O servidor ocupante exclusivamente de cargo de provimento em comissão, que não seja titular de cargo efetivo na administração pública, será contribuinte compulsório do sistema nacional de previdência social, pelo qual serão atendidas as prestações correspondentes, ficando excluído do Plano de Seguridade Social de que trata este Título VII. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 184** ~~O Município responderá pelo pagamento os benefícios da Seguridade Social, enquanto não for implantado o Plano de Seguridade Social e na eventual impossibilidade financeira da Instituição Previdenciária. (Revogado pela Lei nº 5264/2003 e pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 185** ~~O Plano de Seguridade Social visa dar cobertura aos riscos a que está sujeito o servidor e a sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendem às seguintes finalidades:~~

~~I—garantir meios de subsistência, nos eventos de doenças, invalidez, velhice, acidente de serviço, inatividade, falecimento e reclusão;~~

~~II—proteção à maternidade, à adoção e à paternidade;~~

~~III—assistência à saúde.~~

**Art. 185** ~~O Plano de Seguridade Social visa dar cobertura aos riscos a que está sujeito o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam às seguintes finalidades:~~

~~1. garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão;~~

~~II—proteção à maternidade, à adoção e à paternidade; (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 186** ~~Os benefícios do Plano de Seguridade Social, compreendem:~~

~~I—quanto ao servidor:~~

~~a) aposentadoria;~~

~~b) auxílio-natalidade;~~

~~c) salário-família;~~

- d) licença para tratamento de saúde;
- e) licença à gestante, à adotante e a paternidade;
- f) licença por acidente em serviço;

II—quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio funeral;
- c) auxílio-reclusão.

**Art. 186** Os benefícios do Plano de Seguridade Social, compreendem:

I—quanto ao servidor:

- a) aposentadoria;
- b) salário-família
- c) licença para tratamento de saúde;
- e) licença à gestante, à adotante e a paternidade;
- f) licença por acidente em serviço.

II—quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio-reclusão.

~~Parágrafo Único. Os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, serão atendidos mediante o sistema próprio de previdência social do Município, de natureza contributiva, conforme lei específica. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

## Capítulo II DOS BENEFÍCIOS

### SEÇÃO I DA APOSENTADORIA

**Art. 187** O servidor será aposentado:

I—por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em Lei;

II—compulsoriamente, aos setenta (70) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III—voluntariamente:

- a) aos trinta e cinco (35) anos de serviço, se homem, e aos trinta (30) se mulher, com proventos integrais;
- b) aos trinta (30) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco (25), se professora, com proventos integrais;
- c) aos trinta (30) anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco (25), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
- d) aos sessenta e cinco (65) anos de idade, se homem, e aos sessenta (60), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- e) aos vinte e cinco (25) anos de serviço, se a profissão for considerada insalubre ou perigosa.

~~§ 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo: tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida - AIDS -, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.~~

~~§ 2º Requerida a aposentadoria, o servidor aguardará em serviço pelo prazo de trinta (30) dias e, a partir do 31º dia comunicará seu chefe imediato, por escrito, que está entrando em licença remunerada, até o deferimento do pedido.~~

**Art. 187** ~~O servidor efetivo será aposentado, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º deste artigo:~~

~~I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei.~~

~~II - compulsoriamente, aos setenta (70) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;~~

~~III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:~~

~~a) 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher;~~

~~b) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.~~

~~c) Ficam reduzidos em cinco anos os requisitos de idade e tempo de contribuição aos professores servidores públicos que comprovem exclusivamente tempo efetivo de exercício da função de magistério, regência de classe, na educação infantil e no ensino fundamental e médio.~~

~~§ 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo: tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do Mal de Paget(osteíte deformante), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS -, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.~~

~~§ 2º Requerida a aposentadoria, o servidor aguardará em serviço pelo prazo de trinta (30) dias e, a partir do 31º dia comunicará seu chefe imediato, por escrito, que está entrando em licença remunerada, até o deferimento do pedido.~~

~~§ 3º Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 188** ~~A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.~~

**Art. 188** ~~A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço ativo. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 189** ~~A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.~~

~~§ 1º A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, salvo quando laudo de junta médica concluir desde logo pela incapacidade definitiva para o serviço público.~~

~~§ 2º Será aposentado o servidor que, após vinte e quatro (24) meses de licença para tratamento de saúde, for considerado inválido para o serviço, mediante laudo de junta médica.~~

**Art. 189** ~~A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.~~

~~§ 1º A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, salvo quando laudo de junta médica concluir desde logo pela incapacidade definitiva para o serviço público.~~

~~§ 2º Será aposentado o servidor que, após vinte e quatro (24) meses de licença para tratamento de saúde, for considerado inválido para o serviço, mediante laudo de junta médica. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 190** ~~O provento de aposentadoria será revisto na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.~~

~~Parágrafo Único. São estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria. (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 191** ~~O servidor aposentado com proventos proporcionais ao tempo de serviço, se acometido de qualquer das moléstias especificadas no art. 187, § 1º, terá o provento integralizado. (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 192** ~~Quando proporcional ao tempo de serviço, o provento não será inferior a um terço (1/3) do vencimento da atividade, nem ao valor do menor padrão de vencimentos do quadro de servidores do Município.~~

**Art. 192** ~~Quando proporcional ao tempo de serviço, o provento não será inferior a um (01) salário mínimo. (Redação dada pela Lei nº 4520/1997)~~

**Art. 192** ~~O provento de aposentadoria não terá valor mensal inferior ao salário mínimo mesmo em se tratando de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço. (Redação dada pela Lei Complementar nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 193** ~~Além do vencimento do cargo, integram o cálculo do provento:~~

~~I – o valor da função gratificada se o servidor contar pelo menos cinco (05) anos de exercício em postos de confiança e desde que se encontre no seu exercício, na condição de titular por ocasião da aposentadoria, pelo prazo mínimo de dois (02) anos;~~

~~II – o adicional por tempo de serviço;~~

~~III – o adicional noturno e o adicional pelo exercício de atividades em condições penosas, insalubres ou perigosas, proporcionalmente aos anos completos de exercício com percepção da vantagem.~~

~~IV – para efeito de cálculo de proventos dos membros do Magistério, além dos valores recebidos a título de remuneração, assim considerando o vencimento básico e as vantagens de caráter permanente, serão incorporados 100% (cem por cento), na forma da lei, ou 10 (dez) anos intercalados ou de forma~~

~~proporcional no ato da aposentadoria os seguintes adicionais e gratificações de:~~

- ~~a) Gratificação de Função (FG);~~
- ~~b) Adicional de difícil acesso;~~
- ~~c) Adicional de difícil provimento. (Redação acrescida pela Lei nº 4267/1996)~~

~~V – A gratificação concedida aos membros do Magistério Público Municipal designado exclusivamente para exercer, na forma da Lei, atividades de atendimento a deficiente, superdotados ou talentosos, incluindo-se aí a regência de classe excepcionais por membro do quadro do Magistério Municipal com titulação específicas cedidos ou não, será incorporada a remuneração após percebida por 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) anos intercalados ou de forma proporcional no ato da aposentadoria. (Redação acrescida pela Lei nº 4267/1996)~~

**Art. 193** ~~Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.~~

~~Parágrafo Único. Além do vencimento do cargo, integram o cálculo do provento:~~

~~I – o adicional por tempo de serviço;~~

~~II – o valor da função gratificada, do adicional pelo exercício de atividades insalubres, penosas ou perigosas, do adicional noturno, da gratificação de difícil acesso, da gratificação por regência de classe de excepcionais, do valor da quebra de caixa, se já incorporadas ao vencimento do servidor por lei específica. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 194** ~~Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina, no mês de dezembro, em valor equivalente ao respectivo provento, deduzido o adiantamento recebido.~~

**Art. 194** ~~Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina, no mês de dezembro, em valor equivalente ao respectivo provento, deduzido o adiantamento recebido. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

## SEÇÃO II DO AUXÍLIO-NATALIDADE

**Art. 195** ~~O auxílio natalidade é devido à servidora, por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente a cem por cento (100%) do menor padrão de vencimento do plano de carreira, inclusive no caso de nati-morto.~~

~~§ 1º Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de cem (100) por cento. (Revogado pela Lei nº 5264/2003 e pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

## SEÇÃO III DO SALÁRIO-FAMÍLIA

**Art. 196** ~~O salário-família será devido ao servidor ativo ou inativo na proporção do número de filhos ou equiparados.~~

~~Parágrafo Único. Consideram-se equiparados para efeito deste artigo o enteado e o menor sob guarda, que viver em companhia e às expensas do servidor ou do inativo.~~

**Art. 196** ~~O salário-família será devido ao servidor ativo ou inativo cuja renda alcance o teto máximo definido pelo Regime Geral de Previdência Social, na proporção do número de filhos ou equiparados.~~

~~Parágrafo Único. Consideram-se equiparados para efeitos deste artigo o enteado e o menor tutelado, mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

~~**Art. 197** O valor da cota do salário-família será pago mensalmente no valor de cinco por cento (5%) do menor padrão de vencimento do quadro de servidores do Município, com arredondamento para a unidade de cruzeiro seguinte, por filho menor ou equiparado, até completar quatorze (14) anos, ou inválido de qualquer idade.~~

~~§ 1º Não será devido o salário-família relativamente ao cargo exercido cumulativamente pelo servidor, no Município.~~

~~§ 2º É assegurado o pagamento do salário-família durante o período em que, por penalidade, o servidor deixar de perceber remuneração.~~

~~**Art. 197** O valor da cota do salário-família será pago mensalmente no valor estabelecido pelo Regime Geral da Previdência Social, por filho menor ou equiparado, até completar quatorze anos ou inválidos de qualquer idade. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

~~**Art. 198** O salário-família será pago a partir do mês em que o servidor apresentar à repartição competente a prova de filiação ou condição de equiparado, e, se for o caso, de invalidez.~~

~~Parágrafo Único. O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória do filho ou equiparado.~~

~~**Art. 198** O salário-família será pago a partir do mês em que o servidor apresentar à repartição competente a prova de filiação ou condição de equiparado e, se for o caso, da invalidez.~~

~~§ 1º A invalidez do filho ou equiparado maior de quatorze anos de idade deve ser verificada em exame médico-pericial a cargo da Municipalidade.~~

~~§ 2º O direito ao salário-família cessa automaticamente:~~

~~I— por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;~~

~~II— quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, salvo se inválido, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;~~

~~III— pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade;~~

~~§ 3º O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

#### SEÇÃO IV DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

~~**Art. 199** Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.~~

~~§ 1º Se o afastamento for superior a três (03) dias, a licença dependerá de laudo médico oficial ou por junta médica designada pelo Chefe do poder competente.~~

~~§ 2º Inexistindo médico do Município, será aceito atestado firmado por outro médico.~~

**Art. 199** ~~Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.~~

~~§ 1º Para concessão da licença serão observadas as seguintes condições:~~

- ~~a) a perícia será feita por médico ou junta médica oficial,; se necessário, na residência do examinado ou no estabelecimento hospitalar em que estiver internado;~~
- ~~b) inexistindo médico oficial, será aceito atestado passado por médico particular;~~
- ~~c) findo o prazo da licença, o licenciado será submetido a inspeção médica oficial, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria;~~
- ~~d) a existência de indícios de lesões orgânicas ou funcionais é motivo de inspeção médica;~~

~~§ 2º Se o afastamento for superior a três (03) dias, a licença dependerá de laudo médico oficial ou por junta médica designada pelo Chefe do Poder Executivo ou pessoa por ele designada. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 199** Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde por até quinze dias consecutivos, a pedido ou de ofício, com base em avaliação ou perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

§ 1º Se o afastamento for superior a 03 (três) dias, a concessão da licença dependerá de laudo médico emitido por médico ou junta médica designada pelo município. Se inferior a 03 (três) dias o afastamento, a licença poderá ser concedida com base em atestado de médico que não o designado pela municipalidade, facultada à municipalidade a realização de avaliação médica, para fins de homologação do atestado e concessão da licença.

§ 2º Para a concessão da licença serão observadas as seguintes condições:

- a) a avaliação médica ou perícia será feita por médico ou junta médica designados pelo município, se necessário, na residência do examinado ou no estabelecimento hospitalar em que estiver internado;
- b) Em se tratando de afastamento inicial embasado em atestado de médico, que não o designado pelo município, o atestado médico, deverá estar acompanhado do(s) exames subsidiário(s) que levaram à conclusão, se existentes, dos fundamentos técnicos que justificam a necessidade do afastamento do servidor e indicação da classificação da doença no Código Internacional de Doenças - (CID);
- c) No caso da alínea anterior, o servidor deverá, até o último dia útil de afastamento, apresentar a documentação da alínea anterior no respectivo setor de pessoal da municipalidade, para fins de eventual realização de perícia ou avaliação médica;
- d) Findo o prazo da licença, se esta for superior a 10 (dez) dias, o licenciado será submetido a avaliação médica pela municipalidade, a qual concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela conversão da licença em auxílio-doença;
- e) A existência de indícios de lesões orgânicas ou funcionais é motivo de inspeção médica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 27/2009)

**Art. 200** ~~A licença dependente de inspeção médica será pelo prazo indicado no laudo. (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 200** A recusa em submeter-se à avaliação médica designada pela municipalidade acarretará ao servidor suspensão disciplinar de 15 (quinze) dias, cessando os efeitos da penalidade tão logo se submeta à avaliação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 27/2009)

**Art. 201** ~~Será punido disciplinarmente com suspensão de quinze (15) dias, o servidor que se recusar ao exame médico, cessando os efeitos da penalidade logo que se verifique o exame. (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 201** A licença poderá ser prorrogada ou convertida em auxílio-doença:

I - de ofício, após perícia de médico ou junta médica designada pela municipalidade;

II - a pedido do servidor, formulado até 03 dias antes término da licença vigente, sujeito a avaliação ou perícia médica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 27/2009)

**Art. 202** A licença poderá ser prorrogada:

I - de ofício, por decisão do órgão competente;

II - a pedido do servidor, formulado até três (03) dias antes do término da licença vigente.

**Art. 202** A licença poderá ser prorrogada:

I - de ofício, por decisão da junta médica competente;

II - a pedido do servidor, formulado até três (03) dias antes do término da licença vigente, sujeito a perícia médica. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)

**Art. 202** O servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença e aplicação das penalidades disciplinares cabíveis. (Redação dada pela Lei Complementar nº 27/2009)

**Art. 203** O servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença.

**Art. 203** O servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença e aplicação das penalidades disciplinares cabíveis. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)

**Art. 203** As normas referentes à concessão da Licença Para Tratamento de Saúde aplicam-se ao processamento do Auxílio-Doença, previsto na Lei Complementar 07/2005, no que for cabível. (Redação dada pela Lei Complementar nº 27/2009)

## SEÇÃO V DA LICENÇA À GESTANTE, ADOTANTE E PATERNIDADE

**Art. 204** Será concedida, mediante laudo médico, licença à servidora gestante, por cento e vinte (120) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

**Art. 204** Será concedido, mediante laudo médico, licença à servidora gestante, por cento e vinte (120) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)

§ 1º A licença deverá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 1º A licença deverá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)



~~§ 3º No caso de natimorto, decorridos trinta (30) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício. (Revogado pela Lei nº 5264/2003)~~

~~§ 4º No caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a trinta (30) dias de repouso remunerado.~~

~~§ 4º No caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a trinta dias de repouso remunerado. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 205** ~~A servidora que adotar criança de até sete (07) anos de idade serão concedidos noventa (90) dias de licença remunerada para ajustamento do adotado ao novo lar.~~

**Art. 205** ~~A servidora municipal que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.~~

~~Parágrafo Único. Em caso de necessidade, atestado pela junta de médicos competentes, poderá o benefício acima mencionado ser prorrogado por mais trinta dias. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 206** ~~A licença paternidade será de cinco (05) dias a contar da data do nascimento do filho, sem prejuízo da remuneração.~~

**Art. 206** A licença-paternidade será de vinte (20) dias a contar da data do nascimento do filho, sem prejuízo da remuneração. (Redação dada pela Lei Complementar nº 79/2017)

## SEÇÃO VI DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO

**Art. 207** Será licenciado com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

**Art. 208** ~~Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.~~

~~Parágrafo Único. Equipara-se ao acidente de serviço o dano:~~

~~I—decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;~~

~~II—o ocorrido no trajeto de ida e volta do trabalho.~~

**Art. 208** Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido, equiparando-se ao mesmo a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício do cargo e o sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)

**Art. 209** O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada à conta de recursos públicos.

Parágrafo Único. O tratamento de que trata este artigo, recomendado por junta médica oficial, constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

~~Art. 210~~ A prova do acidente será feita no prazo de cinco (05) dias, prorrogáveis quando as circunstâncias o exigirem.

**Art. 210** A prova do acidente será feita através de sindicância no prazo de cinco (05) dias, prorrogáveis quando as circunstâncias o exigirem. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)

## SEÇÃO VII DA PENSÃO POR MORTE

~~Art. 211~~ A pensão por morte será devida mensalmente ao conjunto de dependentes do servidor falecido, aposentado ou não, a contar do óbito, observada a precedência estabelecida no art. 213.

Parágrafo Único. O valor mensal e integral da pensão a que tem direito o conjunto de beneficiários será igual a cem por cento (100%) do total da remuneração computável para o provento de aposentadoria do servidor ou, se aposentado, do valor do próprio provento.

Parágrafo Único. O valor mensal e integral da pensão a que tem direito o conjunto de beneficiários será igual ao total da remuneração computável para o provento de aposentadoria do servidor ou, se aposentado, do valor do próprio provento. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)

**Art. 212** O valor mensal integral da pensão por morte em nenhuma hipótese será inferior ao valor do menor vencimento do quadro de servidores do Município.

**Art. 212** O valor mensal integral da pensão por morte em nenhuma hipótese será inferior ao valor do salário mínimo. (Redação dada pela Lei nº 5264/2013) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)

**Art. 213** São beneficiários da pensão por morte, na condição de dependentes do servidor:

I – o cônjuge ou companheiro e os filhos, de qualquer condição, menores de dezoito (18) anos se do sexo masculino e até vinte e um (21) anos no caso de filha solteira ou inválidos;

II – os pais, desde que comprovem dependência econômica do servidor;

III – os irmãos, menores de dezoito (18) anos e órfãos de pai e sem padrasto, e os inválidos, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica ao servidor; e

IV – as pessoas designadas que viviam na dependência econômica do servidor, menores de dezoito (18) anos ou maiores de sessenta (60) anos ou inválidos.

§ 1º Equiparam-se a filho, nas condições do item I deste artigo, o enteado, o menor sob guarda judicial do servidor, e o tutelado que não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação, conforme declaração escrita do segurado.

§ 2º Consideram-se companheiros as pessoas que tenham mantido vida em comum nos últimos cinco (05) anos ou, por menor tempo, se tiverem filhos em comum.

**Art. 213** São beneficiários da pensão por morte, na condição de dependentes do servidor:

**Art. 213** São beneficiários da pensão por morte, na condição de dependentes do servidor: (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)

I – o cônjuge ou companheiro e os filhos, de qualquer condição, menores de dezoito (18) anos se do sexo masculino e até vinte e um (21) anos no caso de filha solteira ou inválidos;

~~I – o cônjuge ou companheiro e os filhos, de qualquer condição, até que atinjam a maioridade ou inválidos; (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)~~

~~II – os pais, desde que comprovem dependência econômica do servidor;~~

~~II – os pais, desde que comprovem dependência econômica do servidor; (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)~~

~~III – os irmãos, menores de dezoito (18) anos e órfãos de pai e sem padrasto, e os inválidos, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica ao servidor; e~~

~~III – o irmão, não emancipado, de qualquer condição, menor, ou inválido; (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)~~

~~IV – as pessoas designadas que viviam na dependência econômica do servidor, menores de dezoito (18) anos ou maiores de sessenta (60) anos ou inválidos. (Revogado pela Lei nº 5264/2003)~~

~~§ 1º Equiparam-se a filho, nas condições do item I deste artigo, o enteado, o menor sob guarda judicial do servidor, e o tutelado que não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação, conforme declaração escrita do segurado.~~

~~§ 1º A existência de dependentes nas classes antecedentes exclui do direito das classes seguintes. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)~~

~~§ 2º Consideram-se companheiros as pessoas que tenham mantido vida em comum nos últimos cinco (05) anos ou, por menor tempo, se tiverem filhos em comum.~~

~~§ 2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do servidor ou desde que seja comprovada a dependência econômica. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)~~

~~§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou segurada, de acordo com os dispositivos da Constituição Federal acerca da matéria; (Redação acrescida pela Lei nº 5264/2003)~~

~~§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a dos incisos II e III deve ser comprovada. (Redação acrescida pela Lei nº 5264/2003)~~

~~§ 5º Para comprovação do vínculo e da dependência econômica, conforme o caso, devem ser apresentados mínimo três (03) dos seguintes documentos:~~

~~I – certidão de nascimento de filho havido em comum;~~

~~II – certidão de casamento religioso;~~

~~III – declaração do imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;~~

~~IV – disposições testamentárias;~~

~~V – anotação constante na Carteira Profissional e/ou na Carteira de Trabalho e Previdência Social, feita pelo órgão competente;~~

~~VI – declaração especial feita perante tabelião;~~

~~VII – prova de mesmo domicílio;~~

~~VIII – prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida~~

civil;

~~IX – procuração ou fiança reciprocamente outorgada;~~

~~X – conta bancária conjunta;~~

~~XI – registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado;~~

~~XII – anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados;~~

~~XIII – apólice do seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;~~

~~XIV – ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável;~~

~~XV – escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome de dependente;~~

~~XVI – declaração de não emancipado do dependente menor ou;~~

~~XVII – quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar. (Redação acrescida pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 214** A importância total da pensão será rateada:

~~I – cinquenta por cento (50%) para o cônjuge ou companheiro remanescente e o restante, em partes iguais, entre os filhos menores ou inválidos, ou integralmente entre estes quando inexistir cônjuge ou companheiros remanescentes;~~

~~II – em partes iguais, entre os demais dependentes, segundo a ordem de precedência.~~

~~§ 1º O rateio da pensão por morte não será protelado pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da habilitação.~~

~~§ 2º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente, que recebia pensão de alimentos, tem direito ao valor da referida pensão judicialmente arbitrada, destinando-se o restante, em partes iguais, aos demais dependentes habilitados.~~

**Art. 214** A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em partes iguais.

~~§ 1º O rateio da pensão por morte não será protelado pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da habilitação.~~

~~§ 2º O cônjuge divorciado, separado judicialmente ou de fato, que recebia pensão de alimentos, concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I, do art. 213 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 215** Por morte presumida do servidor, declarada pela autoridade judicial competente, será concedida pensão provisória na forma desta seção.

~~§ 1º Mediante prova de desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente do prazo deste artigo.~~

~~§ 2º Verificado o reaparecimento do servidor, o pagamento da pensão cessa imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos.~~

**Art. 215** ~~A pensão por morte será devida aos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:~~

~~I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;~~

~~II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;~~

~~III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.~~

~~§ 1º Por morte presumida do servidor, declarada pela autoridade judicial competente, decorridos seis meses de ausência, será concedida pensão provisória, na forma dos artigos antecedentes.~~

~~§ 2º Mediante prova de desaparecimento do servidor em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente do prazo deste artigo.~~

~~§ 3º Verificado o reaparecimento do servidor, o pagamento da pensão cessa imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)~~

**Art. 215** ~~A pensão por morte será devida aos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:~~

~~I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;~~

~~II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;~~

~~III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.~~

~~§ 1º Por morte presumida do servidor, declarada pela autoridade judicial competente, decorridos seis meses de ausência, será concedida pensão provisória, na forma dos artigos antecedentes.~~

~~§ 2º Mediante prova de desaparecimento do servidor em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente do prazo deste artigo.~~

~~§ 3º Verificado o reaparecimento do servidor, o pagamento da pensão cessa imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 216** ~~Acarreta perda da qualidade de beneficiário:~~

~~I - o seu falecimento;~~

~~II - o casamento, para qualquer pensionista;~~

~~III - a anulação do casamento;~~

~~IV - a cessação da invalidez, em se tratando de beneficiário inválido;~~

~~V - a maioridade para o filho ou irmão ou dependente menor designado, de ambos os sexos, exceto o inválido, ao completar dezoito (18) anos de idade se do sexo masculino e de vinte e um (21) anos para filha mulher solteira.~~

~~Parágrafo Único. Nos casos previstos neste artigo, haverá reversão da cota de pensão dos demais pensionistas da mesma classe:~~

~~Art. 216~~ Acarreta perda da qualidade de beneficiário da pensão por morte:

~~I - o seu falecimento;~~

~~II - o casamento;~~

~~III - a anulação do casamento;~~

~~IV - a cessação da invalidez, em se tratando de beneficiário inválido, e~~

~~V - a maioridade, para o filho ou irmão ou dependente menor designado, de ambos os sexos, exceto o inválido.~~

~~Parágrafo Único. Nos casos previstos neste artigo, haverá reversão da cota de pensão dos demais pensionistas da mesma classe. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

~~Art. 217~~ Não faz jus à pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que resultou a morte do servidor. (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)

~~Art. 218~~ A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão somente as prestações exigíveis há mais de cinco (05) anos. (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)

~~Art. 219~~ As pensões serão atualizadas na mesma data e mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores.

~~Art. 219~~ As pensões serão atualizadas na mesma data e mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores, ou da transformação ou reclassificação do cargo que serviu de referência à concessão de pensão, na forma da lei. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)

## SEÇÃO VIII DO AUXÍLIO-FUNERAL

~~Art. 220~~ O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade, em disponibilidade ou aposentado, em valor equivalente a um e meio (1 e 1/2) vencimentos do menor padrão do quadro de cargos efetivos do Município.

~~§ 1º~~ Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado das despesas realizadas, até o valor máximo previsto neste artigo.

~~§ 2º~~ O pagamento será autorizado pela autoridade competente, à vista de certidão de óbito e dos comprovantes de despesa, se for o caso. (Revogado pela Lei nº 5264/2003 e pela Lei Complementar nº 7/2005)

## SEÇÃO IX DO AUXÍLIO-RECLUSÃO

~~Art. 221~~ A família do servidor ativo é devido o auxílio-reclusão, nos seguintes casos:

~~I - dois terços (2/3) do vencimento, quando afastado por motivo de prisão preventiva;~~

~~II – metade do vencimento, durante o afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine perda do cargo.~~

~~Parágrafo Único. O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.~~

**Art. 221** ~~O auxílio-reclusão será devido à família do servidor quando recolhido à prisão e cujos vencimentos sejam limitados pela cota estabelecida pelo Regime Geral de Previdência Social.~~

~~§ 1º O requerimento do pagamento de auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.~~

~~§ 2º O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

### **Capítulo III** **DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

**Art. 222** ~~A assistência à saúde do servidor e de sua família compreende assistência médica e odontológica, prestada mediante sistema próprio do Município ou conveniado. (Revogado pela Lei nº 5264/2003 e pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

### **Capítulo III** **DO CUSTEIO (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)**

**Art. 223** ~~O Plano de Seguridade Social será custeado com o produto da arrecadação de contribuições sociais obrigatórias:~~

~~I – dos servidores municipais, inclusive ocupantes de cargos e funções de confiança;~~

~~II – do Município, inclusive Câmara Municipal, autarquias e fundações.~~

~~Parágrafo Único. Os percentuais de contribuição serão fixados em lei.~~

**Art. 223** ~~O Plano de Seguridade Social será custeado com o produto da arrecadação de contribuições sociais obrigatórias, na forma prevista em legislação específica, respeitados os preceitos federais relativos à instituição de regime próprio de previdência social. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 224** ~~Se o Plano de Seguridade Social for assegurado, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 183, por instituição oficial de previdência, as contribuições serão as estabelecidas pela referida entidade.~~

**Art. 224** ~~No caso do Município extinguir o sistema próprio de Previdência Social, os servidores municipais serão compulsoriamente inscritos no Regime Geral de Previdência Social do INSS, a cujas leis e regulamentos ficarão vinculados. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)~~

~~§ 1º O Município assegurará, na hipótese deste artigo, a complementação dos benefícios concedidos pela instituição de previdência em valores menores aos previstos nesta Lei.~~

~~§ 1º Caso venha a ocorrer a situação referida no caput, o Município fica responsável pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como aqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de~~

~~previdência social, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.717/98. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)~~

~~§ 2º O Município assegurará, também, o pagamento integral dos benefícios de natureza diversa, não constantes do rol da entidade de previdência.~~

~~§ 2º Na ocorrência da hipótese do caput, o Município fica responsável pela complementação dos valores por ventura percebidos através da previdência social e aqueles percebidos pelo servidor efetivo. (Redação dada pela Lei nº 5264/2003)~~

~~§ 3º Para cobertura das complementações de que tratam os parágrafos precedentes, o Município poderá instituir sistema contributivo complementar. (Revogado pela Lei nº 5264/2003) (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

## TÍTULO VIII DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

**Art. 225** Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado, mediante lei específica aprovada pelo Poder Legislativo. [\(Regulamentado pelo Decreto nº 3064/2001\)](#)

**Art. 226** Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visam a:

I - atender a situação de calamidade pública;

II - combater surtos epidêmicos;

III - atender outras situações de emergência.

~~**Art. 227** As contratações de que trata este capítulo terão dotação através de abertura de Crédito Extraordinário pelo Prefeito Municipal e não poderão ser com prazo superior a seis (06) meses.~~

~~**Art. 227** As contratações de que trata este capítulo terão dotação através de abertura de crédito extraordinário pelo Prefeito Municipal e não poderão ser com prazo superior a 06 (seis) meses, exceto os professores que poderão ser contratados por 01 (um) ano letivo. (Redação dada pela Lei nº 4611/1998)~~

**Art. 227** [As contratações de que trata este capítulo terão dotação através da abertura de crédito extraordinário pelo Prefeito Municipal e não poderão ser com prazo superior a \(06\) seis meses, exceto os professores cujo prazo será de 01 \(um\) ano letivo.](#)

[Parágrafo Único. Em casos excepcionais, decorrentes de imperativo de disposição constitucional ou de Legislação Federal incidente e, para contratação de profissionais na área da saúde para atendimento de convênios firmados com a União Federal, poderá mediante Lei Ordinária, ser utilizada a contratação pelo prazo de 01 \(um\) ano, prorrogável por iguais períodos sucessivos, enquanto perdurar vigente a norma constitucional ou Lei Federal, ou ainda, o convênio que deu causa a contratação. \(Redação dada pela Lei Complementar nº 10/2006\)](#)

~~**Art. 228** É vedado o desvio de função de pessoa contratada, na forma deste título, bem como sua recontração, antes de decorridos seis (06) meses do término do contrato anterior, sob pena de nulidade no contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.~~

**Art. 228** [É vedado o desvio de função de pessoa contratada, na forma deste título, bem como recontração, antes de decorridos 06 \(seis\) meses do término do contrato anterior, sob pena de](#)



nulidade do contrato e responsabilidade administrativo e civil da autoridade contratante, exceto os professores, cujo prazo será de 01 (um) ano letivo. (Redação dada pela Lei nº 4611/1998)

**Art. 229** Os contratos serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos aos contratados:

I - remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente do Município;

II - jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno, insalubridade e gratificação natalina proporcional, nos termos desta Lei;

III - férias proporcionais, ao término do contrato;

IV - inscrição em sistema oficial de previdência social.

## TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

### Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 230** O Dia do Servidor Público será comemorado a vinte e oito de outubro.

**Art. 231** Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, fica prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

~~**Art. 232** Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem de seu assentamento individual.~~

~~Parágrafo Único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, com mais de cinco (05) anos de vida em comum ou por menor tempo, se da união houver prole. (Revogado pela Lei nº 5264/2003)~~

### Capítulo II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

**Art. 233** As disposições desta Lei aplicam-se aos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações públicas.

**Art. 234** Os atuais servidores municipais, estatutários ou celetistas, admitidos mediante prévio concurso público, ficam submetidos ao regime desta Lei.

§ 1º Os empregos ocupados pelos servidores celetistas de que trata este artigo, ficam transformados em cargos, na data da publicação desta Lei.

§ 2º No que pertine às férias, o servidor terá continuidade da contagem do tempo de serviço para posterior gozo no novo regime.

~~**Art. 235** Os cargos em comissão e funções de confiança regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, passam a ser regidos por esta Lei, com a extinção automática da relação do emprego. (Revogado pela Lei nº 5264/2003)~~

**Art. 235-A** É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores

ocupantes de cargos efetivos, bem como aos seus dependentes que, até 16 de dezembro de 1.998, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, que tenha completados as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores efetivos referidos no "Icaput", e termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação da EC nº 20/98, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§ 3º São mantidos todos os direitos e garantias asseguradas nas disposições constitucionais vigentes à data da publicação da Emenda nº 20/98 aos servidores, inativos e pensionistas, que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal. (Redação acrescida pela Lei nº 5264/2003)

**Art. 236** Os servidores celetistas não concursados e estáveis nos termos do art. 19 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, constituirão quadro especial em extinção, excepcionalmente regido pela CLT, com remuneração e vantagens estabelecidas em lei específica, até o ingresso por concurso em cargo sob o regime desta Lei.

**Art. 236-A** Observado o disposto no art. 40, § 1º, da Constituição Federal, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição. (Redação acrescida pela Lei nº 5264/2003)

**Art. 237** Os contratos de trabalho dos servidores celetistas admitidos sem concurso público e não portadores de estabilidade referida no artigo anterior, serão rescindidos dentro do prazo de noventa (90) dias a contar da vigência desta Lei.

**Art. 237-A** Observado o disposto no art. 236, e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas do art. 186, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o ad. 40, § 3º da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública Municipal, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação da E.C. nº 20/98, quando o servidor, cumulativamente:

I - Tiver 53 (cinquenta e três) anos de idade se homem, e 48 (quarenta e oito)anos de idade se mulher;

II - tiver 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivale a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 20/98, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 40 da Emenda Constitucional nº 20/98, poderá aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) 30 (trinta) anos, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos, se mulher: e

b) um período adicional de contribuição equivalente a 40% (quarenta por cento) do tempo que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 20/98, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a 70% (setenta por cento) do valor máximo que o Servidor poderia obter de acordo com o caput, acrescido de 5% (cinco por cento) por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de 100% (cem por cento).

§ 2º O professor, que, até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20/98, de 15/12/98, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação da Emenda Constitucional nº 20/98 contado com o acréscimo de 17% (dezesete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

§ 3º O servidor de que trata este artigo, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no caput, permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal. (Redação acrescida pela Lei nº 5264/2003)

**Art. 238** Os adicionais por tempo de serviço já concedidos aos servidores abrangidos por esta Lei ficam transformados em triênios de cinco por cento (5%) por triênio.

**Art. 238-A** A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que até, a publicação da Emenda Constitucional nº 20/98, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo. (Redação acrescida pela Lei nº 5264/2003)

~~**Art. 239** Fica assegurado aos atuais servidores, cujo tempo de serviço for igual ou superior a cinco (05) anos, apenas o direito de converter o período de licença-prêmio em tempo dobrado de serviço, na forma do art. 105.~~

~~Parágrafo Único. Aos servidores cujo período de aquisição da licença-prêmio, prevista na legislação anterior, contar com menos de cinco (05) anos, terão computado aquele tempo de serviço para efeitos de inteiração do quinquênio. (Revogado pela Lei nº 5264/2003)~~

~~**Art. 240** No prazo de noventa (90) dias, deverá ser criada Comissão com a participação do Executivo, Legislativo, com a participação de um representante de cada bancada, Sindicato dos Municípios, Associação dos Funcionários Públicos Municipais e Magistério Municipal, para apresentação da forma como o Plano de Seguridade Social será composto, e percentuais que servidores e Município contribuirão para tal Plano. (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 241** Fica assegurado ao Servidor Público que sofrer acidente de trabalho ou vier a falecer durante esse período, e aos seus dependentes na forma desta Lei, a garantia da devida indenização por parte do Poder Público.

~~**Art. 242** A Prefeitura Municipal recolherá, após definição dos valores e da criação do Plano de Seguridade Social, os valores de servidores e empregador referentes ao período entre a aprovação deste e a data em que o Plano tenha personalidade própria para funcionar. (Revogado pela Lei Complementar nº 7/2005)~~

**Art. 243** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias

próprias.

**Art. 244** Fica assegurado aos atuais servidores, detentores de efetividade, a não necessidade de Estágio Probatório.

**Art. 245** Fica assegurado aos atuais servidores públicos municipais, prêmio por Antigüidade e merecimento, cujos critérios serão fixados no Plano de Carreira.

**Art. 246** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 247** Esta Lei entrará em vigor no dia primeiro do mês seguinte ao de sua publicação.

Secretaria do Município de Lagoa Vermelha, 30 de junho de 1993.

DR. ELI PEGORARO

Prefeito Municipal

BEL. PAULO RICARDO CENI BARRETO

Secretário da Administração

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 07/06/2019*

*Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.*